

## **O ESPORTE PARA TODOS: “POPULARIZAÇÃO” DO LAZER E DA RECREAÇÃO<sup>1</sup>**

Sérgio Teixeira<sup>2</sup>

Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia / 40<sup>a</sup> Superintendência

Regional de Ensino de Minas Gerais

Uberlândia, Brasil

val.ser@centershop.com.br

Recebido em 3 de junho de 2009

Aprovado em 2 de julho de 2009

### **Resumo**

Este trabalho pretende investigar as prescrições contidas nos discursos da campanha “Esporte para Todos” (EPT), que surgiu no Brasil, a partir do ano de 1973, eivado por pressupostos filosóficos que propunham a democratização das atividades físicas e desportivas. A implementação do EPT no Brasil deu-se através de grandes influências internacionais, coincidindo também com um período em que a conjuntura nacional apontava para um enfraquecimento do regime militar. O objetivo do EPT era conduzir as condutas da população, disseminando práticas esportivas orientadas para o lazer e a recreação, sendo um movimento que buscou regulamentar uma política de constituição de corpos úteis e obedientes, em que o alarde em torno da espontaneidade e da autonomia engendravam eficientes táticas de controle social.

**Palavras-chave:** Esporte para Todos; lazer e recreação; controle social.

### **Abstract**

#### **Sports for All: “Popularization” of Leisure and Recreation**

This article intends to look into the prescriptions found in the discourse of the campaign “Esporte para Todos (Sports for All)” (EPT), which arose in Brazil after 1973, permeated by philosophical premises that proposed the democratization of physical activities and sports. The implementation of EPT was motivated by several international influences. It also coincided with a period in which the national circumstances suggested the military regime decline. The goal of EPT was to conduct the population’s behavior, promulgating leisure and recreation-oriented sports practices.

---

<sup>1</sup> Este artigo faz parte de minha Dissertação de Mestrado defendida em março de 2008.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia.

This movement aimed to establish a policy directed at the constitution of useful and obedient bodies. At that moment, the ostentation of spontaneity and autonomy was an efficient strategy for social control.

**Keywords:** Sports for All; leisure and recreation; social control.

O Esporte para Todos (EPT) surgiu no Brasil, a partir de 1973, eivado de pressupostos filosóficos que propunham a democratização das atividades físicas e desportivas. Em 1975, o primeiro evento de impacto em favor da mobilização da população foi realizado pela Rede Globo, sob o nome de MEXA-SE, que coincidiu com a elaboração do Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNDE, 1976) e, tinha como objetivos principais aprimorar a aptidão física da população, elevar o nível do desporto em todas as áreas, intensificando a sua prática às massas, ampliar o nível técnico das representações nacionais e difundir as atividades esportivas como forma de utilização do tempo de lazer. O esporte, nesse sentido, não se restringiria a praticantes dotados de habilidades motoras, com o intuito de estabelecer uma seleção entre os esportistas e os não esportistas, passando a ser, a partir daquele momento, um elemento acessível a toda população, independentemente do estágio de capacidade física em que se encontravam os indivíduos.

Nesse artigo analiso discursos presentes na implementação e consolidação do EPT, tendo como fonte de investigação a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (*RBEFD*), periódico editado entre os anos de 1968 e 1984. Enfoco especificamente o que denomino de segunda fase da *RBEFD*, que se deu a partir da segunda metade da década de 1970 até o final de sua edição, em que considero que houve a adoção de entonações mais participativas em torno do envolvimento da população nas atividades esportivas, originando uma tentativa de popularização do lazer e da recreação.

Desse modo, a *RBEFD*, como um importante veículo de divulgação dos movimentos da Educação Física, não poderia se furtar em promover uma ampla divulgação do EPT, mesmo porque, com o advento dessa campanha, a disciplinarização dos indivíduos e a regulamentação da população perpassavam por novos contornos, pois vislumbravam a possibilidade da reunião simultânea das massas, em diferentes localizações do país, num mesmo momento, praticando as mesmas atividades. As suas discussões no periódico ganharam corpo a partir da edição de número 35, do ano de 1977.

As determinações teóricas a respeito do lazer e da recreação, anteriores ao EPT, redundavam em expectativas que, na maioria das vezes, restringiam-se em estudos de influência significativa, dado a importância da *RBEFD* como espaço de fundamentações científicas e a presença de autores reconhecidos nacional e internacionalmente, mas não apontavam para uma participação massiva dos indivíduos, posto que, em meu entendimento, não havia sido efetivada ainda, uma estratégia de como as práticas corporais pudessem ser diluídas em toda a população. Desse modo, a disseminação das práticas corporais ainda carecia de uma organização que contasse com a adesão da sociedade.

O EPT, portanto, tinha como pressuposto envolver a população em atividades físicas, sendo um mecanismo de controle social que ganhou força no Brasil, motivado por influências internacionais. No entanto, mesmo as influências internacionais sendo salutares à implementação do EPT, acredito que a conjuntura nacional também deu impulso à sua adoção, pois já não se vivia no Brasil um clima de otimismo político em relação ao regime militar, em virtude das condições adversas decorrentes de uma crise internacional. Passada a euforia do “milagre econômico”, a

população não estava tão envolvida com o ideário da “revolução” e, assim, houve uma modificação do tom das práticas discursivas, inclusive no que se refere à postura da *RBEFD*.

As entonações incisivas, realçadas por terminologias de intimidação ligadas a um sentimento patriótico efusivo, foram substituídas por uma retórica que dava um sentido mais ameno aos discursos, conclamando a participação da população, a fim de que ela se envolvesse nas atividades físicas. Não se abandonaram, no entanto, as injunções de controle social, pelo contrário, foram reforçadas e direcionadas à população, com a assunção de um novo viés.

No artigo de Lamartine Pereira da Costa, contido na *RBEFD* de número 35, de 1977, o autor dizia que o EPT era composto tanto de atividades coletivas, quanto de individuais e, pregava a prevalência da recreação e do lazer sobre a competição, buscando com o aumento do número de participantes, melhores condições para a seleção de atletas. Tratava-se de um movimento que, segundo o autor, vinha “de baixo para cima” e, desse modo, fugia aos aspectos burocráticos resultantes de implementações de atividades, por quaisquer tipos de órgãos, sem que efetivamente houvesse a vontade dos participantes.

Existia a pretensão do agrupamento de um maior número de indivíduos possível, por meio de discursos que evidenciavam os esforços acerca do incentivo de atividades físicas e outras atividades culturais, mas que na verdade compunham táticas de controle social. Por esse viés, o EPT deveria prover os indivíduos de atividades que lhes atendessem os anseios de lazer e recreação, sendo que a sua consecução se daria pela massificação do esporte, através de chamadas à população, em que quanto mais pessoas participassem, mais se solidificariam as aspirações disciplinadoras da campanha

do EPT. Para isso, Costa afirmava que foi utilizada toda uma logística, como o MOBRAL<sup>3</sup>, a mídia e a iniciativa privada, como meio de obtenção de sucesso nessa empreitada.

O ano de 1977 demarcou a efetiva implementação da campanha EPT, num amplo esforço que envolveu os municípios, os voluntários, e a adesão dos praticantes, além de serem organizadas diversas atividades de lazer e recreação. Todo esse movimento necessitou de investimentos estruturais, que não foram poupados, como nos conta Costa (1977):

A campanha Esporte para Todos iniciou-se em maio de 1977, através do treinamento de toda a infra-estrutura do Mobral, utilizando-se fitas cassetes e um texto impresso denominado Documento Básico da Campanha, produzido pelo autor. Nesse material está concentrada toda a experiência consolidada pelo DED [Departamento de Educação Física e Desportos] e pelo Mobral, a partir de 1973, sobre o assunto (p. 12).

Para o alastramento do EPT no corpo social, adotou-se uma estratégia, que até então não havia existido na Educação Física brasileira. No sentido de reunir um grande contingente populacional, as atividades amparavam-se pelo recrutamento de voluntários treinados e preparados para difundirem as prescrições da campanha, tendo como recursos, eficientes para a época, fitas cassetes e um texto impresso para dar respaldo aos agentes disseminadores.

Sobre esse texto, intitulado Documento Básico da Campanha, não é possível definir sua autoria com precisão, pois Costa não explicitava qual era o autor, se ele

---

<sup>3</sup> O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) tinha como objetivo inicial a alfabetização de jovens e adultos. Porém, segundo Lamartine Pereira da Costa, constatou-se que a demanda por novos cursos era uma reivindicação dos recém-alfabetizados. Estudos demonstraram que o lazer (especificamente o futebol e outros esportes) fazia parte das necessidades das pessoas. Daí, pela sua abrangência e eficiência, o MOBREAL poderia ser um projeto capaz de organizar eficientemente as comunidades em torno das práticas de atividades físicas, pois embora cobrisse todo o território nacional, era um “movimento descentralizado em células autônomas municipais” (COSTA, 1977, p. 11). Percebe-se na fala do autor, mecanismos estratégicos para se atingir o controle, através dessa disposição geográfica.

próprio, se outra pessoa ou se um grupo de intelectuais ligados à Educação Física. O certo é que o Documento dava seqüência ao seu artigo e servia para orientar os procedimentos dos dirigentes e voluntários envolvidos com o EPT<sup>4</sup>.

Nele, a campanha do EPT era legitimada por meio do estabelecimento do Plano de Educação Física e Desportos, em 1976, sob responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura e pela legislação do Governo Federal, originária do plano, dividindo o desporto em áreas de atividade, sendo a primeira o setor estudantil (Educação Física), a segunda o esporte organizado e a terceira as atividades esportivas espontâneas e improvisadas, destinadas ao maior número possível de indivíduos, engendrando assim, estratégias de controle social eficientes, à medida que alastrava o esporte na população, como mecanismo de lazer e de recreação coletivos. Nesse sentido, o Documento criticava a ausência de políticas públicas direcionadas à massificação do esporte.

Nesse ponto reside a fragilidade básica do esporte nacional: o lazer esportivo, praticado por grande quantidade de pessoas, ainda não existe em proporção e diversificação suficientes para originar a motivação e suporte para as demais duas áreas, criando-se assim um círculo vicioso com a insuficiência de recursos humanos, financeiros e de organização (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 14, grifo meu).

Ou seja, os discursos em torno da espontaneidade gerada pelo EPT incorriam em situações interessantes. Se ele deveria estar premido pela priorização do lazer e da recreação ao corpo social, por que a sua colocação como suporte para o setor estudantil e para o esporte organizado? Talvez possamos responder a essa pergunta, inferindo que a participação da coletividade nas atividades físicas proporcionaria a idéia de formação de atletas, denotando uma dimensão educacional à população, para que ela participasse

---

<sup>4</sup> Consultando o sumário elaborado por Ferreira et al (2002), verifica-se que não é atribuída nenhuma autoria específica a esse documento, de modo que, para efeito de referência o definirei como Documento Básico da Campanha, seguindo o mesmo critério do sumário.

e incentivasse a sua prática, além do que referendava a Educação Física escolar como uma área altamente vinculada ao esporte de rendimento.

Isso explicitava muito mais táticas de composição e de ajustamento social, produzindo efeitos de verdade, responsáveis por convencer a sociedade dos benefícios de sua adesão e de seu apoio a essas práticas corporais, que propriamente redundava na formação de atletas, haja vista que os resultados demonstraram que esses últimos objetivos não foram conquistados.

Nesse sentido, talvez o “círculo vicioso” abordado pelo Documento, se voltasse às expectativas de enquadramento dos indivíduos em configurações eivadas por um intenso controle social, sendo que o esporte era utilizado como um mecanismo de propaganda, posto que, se porventura houvesse algum destaque individual ou coletivo, certamente serviria como exemplo de que a disseminação de práticas esportivas na população era o caminho correto, como houvera acontecido anos antes com a seleção brasileira de futebol, durante a copa do mundo de 1970.

Torcer pelo Brasil criaria possibilidades maiores de incorporação de um espírito cívico que se articulava com os discursos assumidos pelo regime militar, do amor à pátria acima de qualquer coisa e de que aqueles que governavam o país pensavam antes de tudo no bem de sua população. O sucesso advindo de representações esportivas nacionais fabricava subjetividades, buscando reforçar a adesão dos espectadores ao modelo de governo<sup>5</sup> implementado naquele momento.

---

<sup>5</sup> Sobre essa terminologia, Veiga-Neto (2002) tece algumas considerações. Para o autor, convencionou-se chamar de Governo (quase sempre grafado com G maiúsculo) a ação que o Estado assume em governar, estabelecendo relações entre segurança, população e governo das pessoas. Porém, as vantagens da utilização do termo governo, em vez de governo, dão-se na medida em que, para Foucault, como já dissemos, as práticas de governo estão disseminadas pelo corpo social e, a prevalência do termo governo poderia soar como uma ação central, incompatível com o pensamento foucaultiano, no sentido do espalhamento das relações de poder.

A priorização dada pelo Documento Básico da Campanha destinava-se ao controle dos corpos individuais e à regulamentação da população, sendo que havia uma série de prescrições que orientavam as condutas coletivas. O Decálogo contido no Documento, o qual transcrevo na íntegra, traduzia as perspectivas de ordem social do EPT:

**1. LAZER**

Orientar o tempo livre para a prática esportiva com prazer e alegria, de modo voluntário e sem prejudicar as demais possibilidades educacionais e culturais.

**2. SAÚDE**

Criar oportunidades de melhoria de saúde do povo, no que se refere à prática de atividades físicas e recreativas, nas medidas possíveis e adequadas às condições locais das diferentes comunidades.

**3. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

Aperfeiçoar a capacidade de organização e mobilização das comunidades para o trabalho em conjunto, em mutirão e dentro do necessário sentimento de vizinhança, de bairro, de região e de município.

**4. INTEGRAÇÃO SOCIAL**

Estimular a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, às relações pais e filhos, à participação feminina e à valorização da criança e do idoso.

**5. CIVISMO**

Reforçar o sentimento de povo, de nacionalidade e de integração social.

**6. HUMANIZAÇÃO DAS CIDADES**

Criar meios de prática de esportes recreativos com participação de grande número de pessoas, para a conscientização geral quanto aos benefícios de áreas livres nos grandes centros urbanos.

**7. VALORIZAÇÃO DA NATUREZA**

Orientar a prática esportiva ao ar livre, principalmente das crianças, de maneira a dar valor e a preservar áreas verdes, parques, bosques, florestas, praias, rios e lagos etc.

**8. ADESÃO À PRÁTICA ESPORTIVA**

Criar oportunidades e atividades esportivas improvisadas, de modo a ampliar o número de praticantes, diversificar esportes a serem praticados e aumentar o uso das instalações e áreas já existentes.

**9. ADESÃO AO ESPORTE ORGANIZADO**

Motivar, através do contágio de emoções da prática com grande número de pessoas, o apoio e a participação nas atividades da Educação Física estudantil e do esporte em clubes e outras entidades.

**10. VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO À COMUNIDADE**

Congregar o apoio popular às entidades públicas e privadas que participam dos mutirões esportivos (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 14-15, grifo meu).

Essas orientações do Decálogo constituíam técnicas de controle social, que tinham a função de espalhar no corpo social a idéia dos benefícios resultantes de seu envolvimento nas práticas corporais. Eram possibilidades de lazer e de recreação oferecidas à população, através da adoção de discursos sutis, sempre ressaltando os valores humanistas agregados às atividades físicas.

Por intermédio da composição de táticas minuciosas que vislumbravam incutir no imaginário dos indivíduos as vantagens de sua participação nestas atividades, havia estratégias de condução das condutas da população, orientando-a para o “bom aproveitamento de seu tempo livre”, com um forte apelo à melhoria da saúde coletiva.

Entendo que o objetivo principal do EPT era incrementar a rede de fiscalização do regime militar, potencializando-a através de afirmações sobre a sua penetração nas comunidades, promovendo um espírito de solidariedade, de participação familiar, de harmonia social e de nacionalismo.

As orientações apresentadas no Decálogo faziam crer que o aspecto humanista deveria estar constantemente presente, daí a preocupação em realçar a importância da existência de espaços urbanos destinados ao lazer e à recreação, inclusive incentivando a prática de atividades esportivas ao ar livre vinculadas diretamente à valorização da natureza. A abordagem a estes aspectos ajustava-se aos discursos direcionados à manutenção da ordem social, através da utilização de mecanismos sutis identificados com apelos de preservação do meio ambiente.

Todas essas prescrições contidas no Documento aspiravam disseminar o esporte na população, contagiando os diversos setores da sociedade a participar das atividades programadas e, além disso, engendraram estratégias de aglutinação dos

indivíduos, em torno desse tema, de forma a congregar uma composição de espectadores identificados com os discursos nacionalistas do regime militar.

A governamentalização implementada no período militar traduzia táticas de formação de corpos obedientes e úteis, por meio da fabricação de subjetividades, em que as ações davam-se amparadas por discursos suaves de controle social. Era muito mais eficaz convencer a população de seu sentido de liberdade, a fazer da força e da repressão os mecanismos prevalentes na manutenção do Estado militar.

Se isolarmos alguns elementos que compunham as orientações da campanha do EPT, através do Decálogo, verificamos que davam continuidade às idéias propostas pelos autores que trabalhavam, na primeira fase da *RBEFD*, com a recreação e o lazer, no que se refere à orientação para o “tempo livre”, a melhoria da saúde, civismo, integração nacional e valorização da natureza.

O que me parece é que o EPT ampliava as possibilidades de difusão das idéias de controle social, pelo menos era essa a sua pretensão, visando a que os indivíduos participassem maciçamente das atividades propostas e buscando criar condições adequadas à motivação e à “democratização” das práticas esportivas. Isto é, além da fundamentação teórica acerca dos benefícios do lazer e da recreação, o EPT promoveu atividades que tentaram cooptar a maioria da população.

Sob as determinações dos organizadores do EPT, a opção não se dava em torno da escolha individual ou, de um grupo de indivíduos, mas sim na decisão de participar ou não de atividades pré-definidas, que buscavam ser estimuladas, por meio de discursos que enalteciam as vantagens das práticas corporais.

O EPT deveria se constituir como um movimento de massas, caracterizado por uma ação de “baixo para cima”. Porém, o que constatamos ao longo do artigo de

Lamartine Pereira da Costa e do Documento Básico da Campanha, é que esse movimento servia muito mais como um receituário, que vislumbrava na participação de um grande número de indivíduos a possibilidade de divulgar o sucesso desse empreendimento e, conseqüentemente atuar com maior eficiência no controle da população.

O lazer imputado ao EPT era utilizado como um mecanismo político, que pouco tinha a ver com as produções comunitárias. Na realidade, tentava disseminar no imaginário popular a crença de que a prática de atividades físicas coletivas, quase sempre de grande vulto, era capaz de trazer benefícios que transformariam a vida dos indivíduos e propiciariam uma representatividade nacional vitoriosa, o que sem dúvida, compunha as estratégias de disciplinarização das massas.

Cavalcanti (1984) afirma que o EPT era impregnado pela divulgação de um discurso que enaltecia as vantagens do esporte, inclusive com a utilização da mídia, criando um modelo de corpo que satisfazia às exigências do mercado, em detrimento da autonomia dos indivíduos.

A prática esportiva incentivada pode ser caracterizada como meio e não como fim em si mesma, pois está vinculada a interesses outros que não são os do próprio indivíduo. Tal é o envolvimento do esporte não-formal com os meios de comunicação de massa, que o indivíduo já não tem uma percepção real de suas necessidades para escolher a atividade física mais adequada às suas condições orgânicas. Esta escolha é determinada de fora para dentro, gerando uma considerável ansiedade no indivíduo devido à pressão externa para buscar a forma física e adequar-se aos padrões estéticos estabelecidos para o corpo. Pode-se dizer ainda que a prática do esporte não formal é antilazer à medida que o indivíduo exerce o mínimo de autonomia sobre o seu tempo livre, tornando-se impotente para se defender do consumismo esportivo (CAVALCANTI, 1984, p. 68, grifo meu).

Concordo com a autora, quando ela fala que havia um processo destinado a fazer com que a população assimilasse os discursos disseminados pelo EPT, constituindo-se em uma campanha direcionada ao estabelecimento da ordem social.

Porém, não esposo das posições de Cavalcanti, à medida que ela restringe a liberdade de escolha dos indivíduos, aos aspectos orgânicos, pois acredito que não eram apenas eles que definiam as opções de lazer, nem que as intenções do EPT se circunscreviam a essas configurações, posto que as próprias orientações do Decálogo as ampliavam.

Outra questão que parece fugir ao entendimento que tenho realizado sobre esta campanha, é a defesa de que a prática do esporte não formal, isto é, o esporte não composto por regulamentações institucionalizadas, é antilazer. Essa afirmação dá uma conotação negativa relativa aos efeitos das práticas esportivas, quando, ao contrário, as estratégias de governmentação do regime militar, eram dotadas de uma positividade que tentava inculcar nos indivíduos a idéia de liberdade. Tampouco, creio que a população constituía-se apenas em massa de manobra, em que as determinações do EPT se concretizavam apenas do alto para baixo, de fora para dentro, implementadas por um aparelho central que fazia dos indivíduos meros “fantoques” ante as prescrições do Estado militar, inexistindo a possibilidade da criação de espaços de resistência.

Com efeito, o EPT era dotado de táticas vinculadas às “artes de governar”, promovendo a circulação de informações e ações responsáveis por fabricar subjetividades atreladas à autonomia dos indivíduos, como forma de disseminar no corpo social os benefícios acerca das atividades físicas espontâneas, oriundas da participação popular.

Os aspectos mais dignos de atenção sobre a campanha são a *espontaneidade*, o espírito de *improvisação* e o sentido *popular* e *comunitário*. Não se trata de uma realização que movimente verbas ou faça doações. O movimento, no caso, é de pessoas e de entidades em busca dos ideais do Decálogo. É, essencialmente, uma iniciativa local: um *movimento municipalista* ou, em outras palavras, uma “corrente para frente” do povo e para o povo (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 15).

A forma de referir-se ao papel do povo, que prefiro chamar de população, seguindo os conceitos de Foucault, provoca algumas interpretações. A vinculação dos pressupostos teóricos do Documento, com as estratégias utilizadas pelo governo militar, deu-se em um período em que as discussões se voltavam para a democratização das relações sociais, posto que a população não mais compactuava com os ideais do Estado, devido a uma série de conjunturas que já discuti anteriormente. Era necessário que a população atuasse como agente de consolidação dos dispositivos encetados pelo EPT, que afinal faziam parte de discussões ampliadas sobre a “arte de governar” pensada pelos militares. Assim, cada indivíduo deveria sentir-se importante na implementação das propostas da campanha e, ao mesmo tempo, era disciplinado, a fim de incorporar as práticas discursivas. Desse modo, para exercer o poder sobre inúmeras cabeças, era importante se atentar para o corpo individual e para o controle das massas.

O EPT visava à disciplinarização das massas, porém sem se esquecer do indivíduo. A disciplina unia os indivíduos entre si e a singularidade oferecia campo para as articulações. Os corpos unidos resultavam em forças capazes de estabelecer a utilidade coletiva. Era desnecessária qualquer apreensão crítica da situação, pois para que o sistema funcionasse, bastava que os indivíduos assimilassem os sinais e reagissem a eles, de modo a se obter o comportamento desejado. A perspectiva econômica da utilização dos corpos redundava no aproveitamento do maior número de indivíduos, num mesmo espaço, criando um eficiente mecanismo de fiscalização, pois a partir do momento que se tinha a possibilidade de ajuntar os homens, os próprios dispositivos de vigilância espalhados pelo corpo social eram capazes de dar conta dos gestos e atitudes de cada cidadão, podendo até mesmo notar possíveis ausências, porque as relações de poder se ramificavam em toda extensão da sociedade.

Como já abordei no início deste artigo, talvez o papel fundamental do EPT era aglutinar a população em torno de práticas esportivas, ampliando a noção até então existente sobre o lazer e a recreação, na assunção de um mero teor prescritivo, passando a compor estratégias de cooptação das massas. Aos indivíduos cabia engajar-se nesse processo, independentemente de questionamentos sobre as injunções sociais apresentadas.

A estratégia de reunião da coletividade em um ambiente demarcado criava efeitos positivos de utilidade e de obediência, ligados à economia, facilitando o emprego de uma espécie de rede panóptica, em que se aperfeiçoava o exercício do poder disciplinar, aumentando o número daqueles sobre o qual ele era exercido, sem a necessidade de uma quantidade substancial de instrutores, professores, voluntários ou supervisores, já que a rede de fiscalização era também executada por todos aqueles que estavam envolvidos nas atividades.

Havia a possibilidade de se recorrer às crianças, aos velhos - às famílias, em geral - para a propagação da democracia e integração social, à medida que as atividades eram destinadas a todos os indivíduos, independentemente de seus níveis de habilidades motoras, o que fica constatado no item número 4 do Decálogo, em que se pode “estimular a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, às relações pais e filhos, à participação feminina e à valorização da criança e do idoso” (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 14). Com isso, criavam-se mecanismos mais eficientes para que o poder disciplinar atuasse nas diversas esferas, fazendo com que todos os indivíduos fossem preparados para compor as forças, pois “não há um só momento da vida de que não se possa extrair forças, desde que se saiba diferenciá-lo e combiná-lo com outros” (FOUCAULT, 1987, p. 148).

A existência da “corrente do povo e para o povo”, apregoada pelo EPT, é criticada por Cavalcanti (1984), pois a autora afirma que os modelos configurados nesse movimento representavam estratégias de controle social, originários de discursos que enalteciam a inserção da população no seio dos movimentos populares.

Apesar do discurso e dos promotores do Esporte para Todos advogarem para este, características de movimento popular, evidencia-se, no próprio discurso e nas promoções, a ambigüidade da noção popular. Colocando-se costumes e idealizações correntes do povo como elementos essenciais da linha de massa e esta como centro de ação do Esporte para Todos, pode-se verificar que se trata de um prolongamento da cultura tradicional, do folclore, e não de um movimento popular autêntico, onde a crítica à cultura tradicional e à cultura dominante é uma constante que impulsiona o movimento. Procurar contato popular é bem diferente de facilitar o surgimento de um movimento de base popular. As interpretações de manipulação surgem porque já se tornam muito evidentes os interesses da classe dominante em manter a classe dominada “ativa”, organizando e praticando esporte no seu único tempo disponível. Evidentemente, esta é uma excelente forma de disfarçar o controle social no tempo livre (CAVALCANTI, 1984, p. 89-90, grifo meu).

Ao advogar um sentimento participativo popular em táticas de controle social, acredito que essas conjunções de governamentalização estiveram presentes ao longo da trajetória do regime militar. Onde se lia a respeito da importância de disseminação das atividades por todo o tecido social, infiro que a difusão de olhares seria facilitada por estratégias de quadriculamento espacial, pela reunião dos indivíduos, dispondo-os de tal forma, que sobre eles fosse estabelecida uma rede de vigilância eficiente.

No entanto, discordando de Cavalcanti, não acho que o controle social do “tempo livre” dos indivíduos fosse disfarçado. Ao contrário, as teorizações contidas no EPT demonstravam as técnicas de adestramento corporal que compunham as suas diretrizes, pois no discurso do Documento Básico da Campanha, identificam-se as estratégias de enquadramento em uma sociedade normalizada, mesmo que difundidas por dizeres que propugnavam a adesão “espontânea” da população.

A disciplina atuava na organização dos corpos, a fim de localizá-los em seus espaços, descrever suas atividades, dispor o tempo e compor as forças e, a configuração destas características garantia a consolidação do controle sobre os indivíduos e sobre as massas.

E para tanto, [a disciplina] utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação de forças, organiza 'táticas'. A tática, arte de construir, com os corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorado por sua combinação calculada é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 150).

No artigo de Lamartine Pereira da Costa, contido na *RBEFD* de número 38, de 1978, o autor se remetia à recreação como um mecanismo imprescindível, frente às necessidades de promoverem-se eventos tanto de impacto, como de permanência<sup>6</sup> e, para isso, as atividades empregadas deveriam ter uma dimensão diretiva, que se tentava justificar por meio da espontaneidade dos grupos sociais envolvidos nessas práticas.

Estas [as práticas] são definidas sistematicamente como acontecimentos esportivos de natureza recreativa, com a participação de grande número de pessoas; são eventos que solicitam alguma organização e liderança, embora sejam acontecimentos espontâneos e improvisados no seu desenrolar (COSTA, 1978, p. 18).

Logicamente, as atividades propostas não estavam fora do contexto da população, pois, caso contrário, poderia haver dificuldades em sua receptividade. Assim, as práticas eram de fácil compreensão, capazes de oferecer soluções simples, para que se obtivesse a máxima participação dos indivíduos.

---

<sup>6</sup> Os eventos de impacto eram realizados simultaneamente em todo o país e tinham o objetivo de envolver o maior número de pessoas possível, como eficiente instrumento de propaganda do sucesso da campanha Esporte para Todos. Já os eventos de permanência, assumiam a função de continuidade do movimento – as ruas de lazer, por exemplo, que se constituíam em atividades físico-recreativas dotadas de orientação especializada, em um logradouro fechado ao tráfego – e obedeciam as peculiaridades de cada região. Para Cavalcanti (1984), essa combinação permitiu utilizar o esporte como mecanismo de educação ideal do corpo.

Estando amparado pelo Plano Nacional de Educação Física e Desportos, o EPT pretendia contar com entidades que desburocratizassem o processo de implantação de atividades, buscando a autonomia dos municípios quanto às decisões e privilegiando os anseios que a população local possuía em relação ao lazer. Quando ministrado em grandes municípios, esta autonomia poderia ser estendida aos bairros ou regiões administrativas.

Porém, deveria haver um representante estadual – dirigente do órgão estadual de Educação Física – sempre tutelado pelo Departamento de Educação Física e Desportos (DED), sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, a fim de estabelecer “contatos de alto nível”, para que as orientações traçadas por este departamento chegassem às bases, que teriam a função de divulgar, mobilizar, promover e informar sobre os eventos realizados.

A qualquer momento, sobre todas as injunções, o poder disciplinar poderia ser exercido, pois existia um complexo sistema de difusão e espalhamento de olhares, permitindo que todos os indivíduos soubessem que poderiam ser sempre fiscalizados, independentemente de suas funções.

E, como em toda essa missão de ordem social, há a necessidade de aparecimento de líderes; de indivíduos de energia, capacidade de improvisação, de paixão, que representem e materializem a campanha. Eles existem em toda a parte, independentemente de idade, sexo e condição econômica. Eles, muitas vezes, existem em estado latente, necessitando de apenas uma oportunidade para exercerem liderança ou cooperação com seus semelhantes; são sempre patriotas e bastante ligados à comunidade em que vivem e aos costumes de sua cidade. Eles são membros de entidades, sejam públicas, sejam privadas, nas quais exercem alguma influência e procuram ter participação relevante (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 18, grifo meu).

As afirmações do Documento parecem confirmar a minha hipótese de que o EPT visualizava ampliar o incentivo à adesão de práticas corporais às diversas regiões brasileiras. Porém, estas atividades não dependiam exclusivamente da vontade da

população, mas de agentes que fossem habilitados para essa empreitada, independentemente de sua ocupação profissional. O importante era que eles fossem conhecedores dos costumes de suas comunidades e se enquadrassem no perfil cívico determinado pelo governo, estruturado dentro de um modelo de sociedade capaz de promover comparações e julgar possíveis desvios entre aqueles que não compactuassem com o ideário nacionalista definido pelo regime militar.

Buscavam-se pessoas não necessariamente ligadas ao esporte, mas com capacidade para controlar as massas e organizar as multidões. Indivíduos patriotas, a serviço da nação, que pudessem ser encontrados entre quaisquer cidadãos. Com eles, o país contava para o seu desenvolvimento com segurança.

O voluntário esportivo é o real agente da campanha, seja como funcionário da prefeitura (não necessariamente especialista em atividades esportivas e recreativas, mas sobretudo possuidor de personalidade voltada para promoções e organização de multidões), seja como membro da entidade filiada de qualquer tipo, ou como simples cidadão interessado em trabalhar pelo esporte ou pelo progresso do povo brasileiro (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 18).

O EPT, portanto, foi um movimento que buscou regulamentar uma política de composição de corpos úteis e obedientes. Especificamente, voltava-se para o lazer e para a recreação, de forma que os discursos eram eivados pelos alardes à participação popular nas atividades físicas, porém com a intenção de controle dos indivíduos. As opções assumiam um caráter universal, encaminhando-se para a coletividade, sem perspectivas de questionamentos que inviabilizassem os anseios da nação em busca de seu desenvolvimento, o qual deveria ser cristalizado de maneira segura.

O aparato disciplinar presente nas teorizações do lazer e da recreação do EPT demonstrava a intensificação da vigilância à qual os indivíduos eram submetidos, de maneira que agia contra os males provocados pela ausência de valores e pelos riscos

à integração nacional, no entendimento dos idealizadores dessa campanha, enfim, perigos que poderiam perverter a moral do cidadão brasileiro, na consecução daquele projeto de sociedade.

Significava, portanto a extensão da vigilância sobre o corpo social, não delimitado apenas às instituições, mas abrangendo injunções em que a população sucumbisse ao poder disciplinar e a multidão fosse organizada. Numa sociedade de normalização são as normas que estabelecem a conduta dos indivíduos, muito mais que as regras jurídico-discursivas. Assim, o que aconteceu no período militar, foi a acentuação da fiscalização sobre as atitudes e os gestos dos indivíduos, sendo as práticas corporais utilizadas como eficientes mecanismos de ajustamento social. O objetivo do EPT era constituir uma população dotada de obediência e utilidade, afinal, condizente com as práticas discursivas do regime militar.

Ora, organizar os indivíduos num espaço e convocar os municípios a implantarem ao mesmo tempo atividades físicas idênticas, era uma estratégia utilizada pelo EPT que propiciava a extensão de controle sobre os cidadãos presentes nos eventos, bem como investigaria os motivos de ausências que porventura ocorressem. Imperava uma espécie de panoptismo, deflagrando inúmeras possibilidades de fiscalização, irrompidas em toda a população, constituindo-se em múltiplas formas de vigilância; olhares enviesados responsáveis por disciplinar e normalizar.

Para tanto, a extensão desse movimento perpassava por estratégias de convencimento, convocando a população a engajar-se nas práticas corporais. O seu enfoque nacionalista visava difundir as vantagens da massificação do esporte, sendo que, o envolvimento dos indivíduos poderia redundar em uma projeção do país no cenário desportivo internacional. Se retornarmos ao artigo de Lamartine Pereira da

Costa, contido na *RBEFD* número 35, de 1977, a interpretação feita pelo autor refletia essas expectativas.

(...) a ampliação do número de praticantes induz uma seletividade natural de atletas excepcionais e um crescimento de atividades desportivas nos clubes, escolas, casernas etc;  
O esporte de massa não resolve por si só o problema da representatividade desportiva nacional, mas estabelece as bases de viabilidade desse objetivo (COSTA, 1977, p. 8).

Havia um discurso para o país se consolidar na maior potência esportiva sul americana e se inserir entre os melhores do mundo, respaldado por tendências internacionais, a partir do momento em que o esporte, após a II guerra mundial, passou a ser um fenômeno social de extrema relevância, por se constituir em eficiente meio de propaganda. No caso do Brasil, demonstrava-se que a população tinha que se engajar nas práticas desportivas e, especialmente a juventude, formaria um conjunto de atletas capaz de representar dignamente a nação.

Porém, acredito que não havia uma política nacional de formação de atletas, haja vista que não se produziu, ao longo do período militar, um contingente significativo de esportistas de alto nível, tampouco se criou bases para isso, mas os exemplos de casos esporádicos, como a conquista da seleção brasileira de futebol na copa do mundo de 1970 e o recorde mundial do salto triplo de João Carlos de Oliveira, o João do Pulo, conquistado nos jogos pan-americanos de 1975, personificavam modelos de condutas sociais, incorporando no imaginário da população que a obtenção do sucesso dependia do esforço de cada um e, assim, o esporte tornava-se um importante mecanismo de controle social.

Almejava-se a participação das massas, independentemente de suas habilidades motoras ou capacidades físicas, por meio da disseminação das práticas esportivas, inculcando ideais de formação de atletas, que pelos seus resultados

promoveriam o reconhecimento internacional do Brasil. Criavam-se estratégias que colocavam a população como *sujeito e objeto*, pois ela era agente quando inserida no contexto de difusão das práticas corporais e adestrada quando receptora desses discursos.

A população aparecerá como sujeito das necessidades, de aspirações, mas também como objeto entre as mãos do governo, consciente diante do governo, do que ela quer, e inconsciente, também, do que lhe fazem fazer. O interesse, como consciência de cada um dos indivíduos constituindo a população, e o interesse como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais dos que a compõem, é isto que será o alvo e o instrumento fundamental do governo das populações (FOUCAULT, 2003, p. 300).

O esporte foi utilizado como mecanismo de divulgação de feitos nacionais em boa parte de países do mundo. Costa, porém, fazia questão de ressaltar que no Brasil, o esporte de massa fazia parte de um movimento descentralizado, comunitário, que não seguia as mesmas determinações de “alguns países socialistas” e, como esta campanha se espelhava em exemplos de países europeus ocidentais, identifica-se o viés dos discursos contidos no pensamento do autor:

O esporte de massa é algo diferente da massificação desportiva de *alguns países socialistas*, que simplesmente aumentaram a escala de participação nas atividades; nesse caso, instalações, recursos humanos profissionais e organização são extremamente elevados e atinentes às prioridades desse tipo de regime político. Portanto, o movimento Esporte para Todos é uma solução alternativa – com base na iniciativa privada, descentralizada e comunitária – que simultaneamente procura atender às necessidades de lazer popular (COSTA, 1977, p. 8).

Acredito que o EPT tinha dois objetivos principais. Primeiro, criar estratégias de vigilância mais eficientes, pois a reunião de indivíduos em torno de uma única atividade redundaria em organizarem-se as multiplicidades. Segundo, através da disseminação dos desportos pelo corpo social, incentivava-se a adesão da população,

sendo incorporados discursos de formação de atletas de alto nível, porém com o intuito de obter o controle social.

Assim, não fazia parte das intenções do regime militar, investimentos vultosos que alçassem o país à condição de potência esportiva mundial, mas sim, disseminavam-se práticas discursivas responsáveis por produzir a crença de que a participação massiva dos indivíduos traria bons resultados.

A adoção de feriados nacionais, das férias e de finais de semanas demarcavam a aspiração de consolidar o espírito patriótico do povo brasileiro, estabelecendo a “corrente para frente”, em favor da incorporação, pela população, dos conceitos advogados pelo Documento Básico da Campanha. Existia a sugestão de um programa nacional, a ser realizado simultaneamente em todo o país.

1º DE MAIO

Passeio e corrida de bicicletas.

7 DE SETEMBRO (ou qualquer outro dia da Semana da Pátria)

Passeios e corridas a pé.

15 DE NOVEMBRO

Festival de jogos de quadra, praia e rua (em ocasião de eleições: no primeiro domingo que se segue).

JUNHO

Torneio gigante de futebol (fins de semana).

JULHO/ JANEIRO – FEVEREIRO

Colônias e praias de férias.

FINS DE SEMANAS

Áreas, parques e ruas de lazer (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 15-16).

A escolha de datas representativas da história mundial e nacional obedecia a uma contextualização que buscava impedir quaisquer tipos de manifestações coletivas passíveis de riscos ao governo militar. No Dia do Trabalho, nada de reunir os trabalhadores em torno de reivindicações para a melhoria de suas condições profissionais, mas proporcionar a criação de ambientes em que a população usufrísse as práticas corporais lúdicas, que ao mesmo tempo a afastasse de movimentos

questionadores da ordem social. No Dia da Independência do Brasil, evitar associações com atividades conspiratórias, aderentes a tentativas de contestar a presença dos militares no governo. No Dia da Proclamação da República, abominar ligações com um novo movimento de transformação radical das relações de poder, que incorporasse formas diferenciadas de governamentalização, inclusive com o receio de aproximação com o comunismo, tão presente nos discursos daquela época.

A comemoração dessas datas deveria incidir em um espírito nacionalista, capaz de fazer das práticas corporais um mecanismo propagador dos benefícios encetados pelo regime militar. Decorre daí, a importância da *RBEFD*, como um veículo de divulgação do EPT, pela via do lazer e da recreação, que eram dispositivos eficazes para engendrarem na população expectativas de convencimento eivadas por táticas vinculadas à felicidade coletiva, através de mudanças de posturas que contribuiriam para o bem-estar social.

Toda essa conjuntura buscava canalizar as atenções para os efeitos positivos do Estado militar, espalhando noções de que o governo atuava em nome da sociedade, cabendo a esta, engajar-se no ideário oficial e, por meio da prática de atividades físicas lúdicas e prazerosas, criar possibilidades de instauração de um sentimento nacionalista.

Além disso, o controle sobre os indivíduos em seus tempos de folga e em suas férias tinha o objetivo de estabelecer uma rede de fiscalização permanente, dotado de um teor educacional responsável por orientar as atividades de lazer e de recreação e por preparar “adequadamente” os jovens na utilização de seu “tempo livre”.

Diante disso, questiono: se o lazer era uma opção da população, por que esta intenção do Documento em difundir as mesmas práticas a uma grande quantidade de pessoas, em diferentes lugares, ao mesmo tempo? Para que houvesse a democratização

do lazer e, dessa forma, fossem atendidos os anseios populares, “do povo para o povo”, não seria aconselhável que os indivíduos tivessem mais escolhas e um universo maior de oportunidades? Essa homogeneização das práticas corporais tinha o objetivo de impedir qualquer outro tipo de lazer que viesse por em risco a ordem social militar? As respostas a estas indagações estavam bem configuradas na redação do Documento e, em certa dose, assumiam posturas didáticas, no intuito de deixar clara a dinâmica do EPT.

É necessário destacar que nesse programa nacional reside a *força da campanha, o sentido cívico* das promoções e o *sentimento de integração do povo brasileiro*.(...)

Temos, então, na campanha, dois programas a serem desenvolvidos: o nacional – que visa sobretudo coerência e motivação – e o local – que aumenta o número de praticantes, nos esportes já conhecidos ou em outras atividades a serem introduzidas.

É desejável que o programa local seja do *município*, incluindo-o no calendário de festividades cívicas e religiosas, em feriados e fins de semana. A segunda orientação geral é a da realização da campanha através de *promoções*. Estas devem ser *bem marcantes*, espaçadas durante o ano, voltadas para uma *atividade bem definida*, de *curta duração* e orientadas para *grande participação*, para produzir *repercussões* junto à população. A única atividade permanente é a de áreas, parques e ruas de lazer, que, mesmo assim, acontecem apenas nos fins de semana e necessitam sobretudo da adesão da vizinhança (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 16).

Os fins primordiais do EPT eram a aglutinação da população e a sua constante motivação. Os eventos de impacto, de vulto nacional, ofereciam credibilidade à campanha, sendo um instrumento eficiente de disseminação dos benefícios conquistados pela adesão às práticas corporais orientadas. Almejava-se a perspectiva de conduzir as multiplicidades e, como tal, a reunião de indivíduos em torno de atividades pré-determinadas, facilitava o controle sobre eles, espalhando a idéia de que o movimento possibilitava o bom convívio social e a alteridade entre os participantes.

Essas experiências vivenciadas a nível nacional, constituíam-se em estratégias que serviam de exemplos para o alastramento das atividades localizadas, os eventos de permanência, estes com a função destinada a dar um caráter de continuidade

à campanha, sem no entanto, incorrer nos riscos de esvaziamento, que devia ser evitado à custa de um planejamento criterioso, inclusive respeitando as peculiaridades de cada região.

O alarde dado à espontaneidade e à improvisação vinculava-se a uma técnica de espriar discursos que enalteciam o teor democrático do EPT, buscando alinhar a consolidação de uma população identificada com os princípios cívicos defendidos pelo regime militar. Desse modo, tratavam-se, ao contrário, de mecanismos bem delineados, dotados de técnicas de ajustamento social premidas por poucas possibilidades de criação e contestação dos indivíduos em geral.

Portanto, os programas nacionais e municipais se compatibilizavam e instavam mecanismos de controle sobre o corpo individual e sobre as populações. Poderia haver as multidões, porém se evitando que elas fossem confusas e desorganizadas. Desejava-se a adesão maciça dos sujeitos, que redundasse em um amplo panoptismo e criasse condições para que toda a sociedade fosse crivada por olhares múltiplos, facilitando a composição de um sistema de vigilância eficiente. O EPT foi um estratagema utilizado no regime militar e divulgado na *RBEFD*, que determinou um tipo de império de visibilidade sobre os indivíduos, com o intuito de formar uma identidade nacional que corroborasse com o anseio de instaurar um sentimento cívico na população.

(...) instrumentos de controle mais fáceis e eficazes, de tal modo que eles não se apóiam em indivíduos, que deveriam ser gerenciados de um a um – um trabalho infinito, dispendioso e bastante arriscado -, mas em conjuntos coerentes de indivíduos reagrupados em nome de aspectos comuns, e que Foucault chamará de “populações”. Esta massificação vem, portanto, enriquecer o processo individualizante das disciplinas – para cada corpo, seu lugar, sua postura, sua utilidade, etc. – através de um segundo processo, simultaneamente inverso e complementar, no qual cada indivíduo é, simultaneamente, negado como indivíduo e reduzido a ser o exemplo ínfimo de um conjunto

muito mais amplo e que, por ser homogêneo, pode ser mais facilmente manipulado, submisso, asujeitado, governado (REVEL, 2006, p. 56).

O panoptismo corresponde à diluição de técnicas de poder espalhadas, compostas por táticas constantes de vigilância. Não uma situação de exceção e repressão. O EPT talvez significasse isso, pois fazia parte de configurações que buscavam modular as relações sociais, por meio de condições de controle, articuladas com um discurso mundial. Para isso, as operações não se centravam na violência, mas em coerções suaves disseminadas por todo o corpo social, ou seja, esse movimento valeu-se tanto do poder disciplinar, quanto da biopolítica, para implantar um modelo de governo pautado pela determinação de normas sociais, engendrando discursos que enalteciam as vantagens que as práticas corporais ofereciam à população.

A instauração de um espírito cívico condizente com os anseios do regime militar, representava uma estratégia de convocar a sociedade para enveredar-se nesse processo com amor e dedicação, defendendo o país do qual ela fazia parte e por ele teria que lutar. Essa postura adotada coincidia com o momento de enfraquecimento do governo, denotando que as suas intenções necessitavam de aprovação popular e as relações de poder não se concentravam apenas em um aparelho central capaz de impor as suas decisões unilateralmente, haja vista que a própria dinâmica desse movimento respondeu por sua efemeridade e expôs as resistências incrustadas no seio da população.

### **Referências**

CAVALCANTI, Kátia Brandão. *Esporte para Todos: um discurso ideológico*. São Paulo: IBRASA, 1984.

COSTA, Lamartine Pereira da. Implantação e desenvolvimento campanha Esporte Para Todos no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 35, p. 5-12, 1977.

\_\_\_\_\_. As atividades do Esporte para Todos. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 38, p. 16-21, 1978.

DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 35, p. 13-27, 1977.

FERREIRA NETO, Amarílio et al. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. In: *Catálogo de Periódicos de Educação Física e Esporte (1930 – 2000)*. 1. ed. Vitória, E.S: Proteoria, 2002. Disponível em: <<http://www.proteoria.org>>. Acesso em 10 jan. 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Historia da sexualidade I: a vontade de saber*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Estratégia, poder-saber*. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papyrus, 1987.

MEC-USP / SEED-FUNDUSP. Parques “Esporte para Todos”. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n.42, p. 47-68, 1979.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de. *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência*. 2001. 399 f. Tese (doutorado em História e Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

PEREIRA, Laércio Elias. *Índice da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Secretaria de Educação Física e Desportos, 1983.

REVEL, Judith. Nas Origens do biopolítico: de *Vigiar e Punir* ao pensamento da atualidade. In: KOHAN, Walter Omar; GONDRA, José (org.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SEED-MEC. Esporte para Todos: uma nova maneira de pensar a Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 50, p. 7-13, 1982.

TEIXEIRA, Sérgio. *O lazer e a recreação na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos como dispositivos educacionais (1968-1984)*. 2008. 251 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo. *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.